

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019**

<b>PROCESSO Nº</b>	080/2019
<b>MODALIDADE</b>	PREGÃO ELETRÔNICO
<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	007/2019
<b>TIPO</b>	MENOR VALOR
<b>REGIME DE EXECUÇÃO</b>	INDIRETA
<b>UASG DA ABGF</b>	926397
<b>DATA DE ABERTURA</b>	12 DE DEZEMBRO DE 2019
<b>HORÁRIO</b>	9h30 HORAS
<b>OBJETO</b>	Contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores, denominado seguro D&O ( <i>Directors &amp; Offices</i> ), para os Conselheiros de Administração e Diretores Executivos da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em Brasília – DF.
<b>VALOR GLOBAL</b>	Em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016 o valor estimado da contratação será sigiloso.

O Edital estará disponível para consulta e retirada nos sites: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.abgf.gov.br](http://www.abgf.gov.br).

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019**

(Processo Administrativo nº 080/2019)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), designado pelo Sr Diretor-Presidente, nos termos da Portaria nº 065 de 24 de junho de 2019, sediada no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco “A”, Ed. Corporate Financial Center, 10º andar, Sala 1002 - CEP 70712-900, Brasília (DF), realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, conjuntamente a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, mediante as condições estabelecidas neste Edital

Data da sessão: 12/12/2019

Horário: 09:30

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

UASG: 926397

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores, denominado seguro D&O (Directors & Offices), para os Conselheiros de Administração e Diretores Executivos da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em Brasília – DF, conforme as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação correrão à conta do Programa de Despesas Globais – PDG 2019/2020, na Rubrica Orçamentária 2.205.900.000 – Outros Serviços de Terceiros.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. As licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.6. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.2.6.1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.2.6.2. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.2.7. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.2.8. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.8. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.9. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.10. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o apresentação da proposta;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário.

6.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo a licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível à licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno



porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será conforme os subitens abaixo, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1. prestados por empresas brasileiras;

7.26.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.2.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.2.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.2.4. apresentar preço final superior ao preço máximo estimado pela Administração (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), **ou** que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada à licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6. Todos os dados informados pela licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.7. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da licitante. A proposta poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.7.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos às demais licitantes;

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.1.2. A licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro **dia útil anterior** à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.3.1. Os documentos complementares a serem requisitados e apresentados não poderão ser os já exigidos para fins de habilitação no instrumento convocatório. Em outras palavras, não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação dos já apresentados

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Quando não for possível verificar a habilitação, por meio dos sistemas e sítios eletrônicos do governo, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.8.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso a licitante seja considerada isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.



9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelas licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacoes@abgf.gov.br](mailto:licitacoes@abgf.gov.br). Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, para análise, no prazo de 05 (cinco) dias, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

## 9.12. **Qualificação Técnica:**

9.12.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de, no mínimo, um Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público, que comprove ter ela emitido apólice de seguro D&O, com limite de indenização mínimo de R\$ 5.000.000,00, devendo constar do atestado, a identificação do signatário, a data de emissão e ser apresentado em papel timbrado do emitente.

9.12.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

9.13. A licitante enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.



123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final da licitante declarada vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a proposta de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e/ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá garantia de execução para a presente contratação.

#### **15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### **16. DO TERMO DE CONTRATO**

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.3.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.3.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.4. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.

16.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a essa licitante, poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **17. DO REAJUSTE**

17.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **18. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/adjudicatária que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. apresentar documentação falsa;

21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. não mantiver a proposta;

21.1.6. cometer fraude fiscal;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.3.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

21.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e

prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se a legislação pertinente.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoes@abgf.gov.br](mailto:licitacoes@abgf.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, Ed. Corporate Financial Center, Sala 1002, Brasília, DF.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [licitacao@abgf.gov.br](mailto:licitacao@abgf.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Setor

Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, Ed. Corporate Financial Center, Sala 1002, Brasília, DF, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 18:00 horas.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

23.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Brasília, DF 29 de novembro de 2019.

**Lázara Alves Pinto**  
Pregoeira

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF**

#### **1. OBJETO:**

1.1. Contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores, denominado seguro D&O (*Directors & Offices*), para os Conselheiros de Administração e Diretores Executivos da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em Brasília – DF, conforme as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

#### **2. JUSTIFICATIVA:**

2.1. A ABGF é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Economia, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Lei nº 12.712/2012, regida por seu Estatuto Social, de 17 de dezembro de 2017; pelo Decreto de sua criação nº 7.916/2013; pela Lei nº 13.303/2016; pela Lei nº 6.404/1976, e pelo Decreto nº 8.945/2016.

2.2. A Empresa tem como objeto:

2.2.1 A execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantias e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704/1979;

2.2.2 A concessão de garantias contra os seguintes riscos:

- a) comerciais, em operações de crédito ao comércio exterior com prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) comerciais, em operações de crédito ao comércio exterior para micro, pequenas e médias empresas;
- c) políticos e extraordinários, em operações de crédito ao comércio exterior de qualquer prazo;
- d) de descumprimento de obrigações contratuais referentes a operações de exportação de bens ou serviços, conforme garantias:
  - I. de execução (performance);
  - II. de reembolso de adiantamento de recursos (advanced payment);
  - III. de termos e condições de oferta; e
  - IV. contra hipóteses de interrupção de obrigações contratuais do devedor;
  - V.

2.2.3 A constituição, administração, gestão e representação de fundos

garantidores, de outros fundos de interesse da União e demais fundos previstos na Lei nº 12.712, de 2012.

2.2.4 A constituição, administração, gestão e representação de fundos que tenham por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, desde que autorizada pela legislação aplicável aos seguros privados, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros.

2.2.5 A constituição, a administração, a gestão e a representação do fundo de que trata o art. 10 da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros.

2.2.6 A gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR até a completa liquidação das obrigações desse Fundo, observadas as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, conforme previsto no art. 18 da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010.

2.3. A Lei nº 13.303/2016 prevê em seu Art. 17, §1º que o estatuto da empresa pública poderá dispor sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores. O Estatuto Social da ABGF prevê em seu Art. 36: *“A ABGF poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra eles relativos às suas atribuições junto à ABGF”*.

2.4 A ABGF não possui seguro ou outro instrumento que permita garantir segurança nas decisões regulares de sua gestão. O seguro D&O (*Directors & Offices Insurance*) é uma modalidade de seguro de responsabilidade civil que visa salvaguardar as pessoas físicas que ocupam cargos com poder de gestão, quando questionados administrativa ou judicialmente, por decisões que causaram danos involuntários a terceiros, ou seja, é uma proteção para os administradores em processos movidos contra eles decorrentes de atos regulares de gestão.

2.5 Registre-se que, em 06.09.2019, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), o Decreto nº 10.007 que dispõe sobre a qualificação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND), conforme já havia sido anunciado pelo governo federal no dia 21 de agosto de 2019. Esse Decreto designa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da ABGF.

### **3. GARANTIA – COBERTURA**

3.1 O Seguro de Responsabilidade Civil dos gestores conhecido como D & O (*Directors & Officers Insurance*), a ser contratado com a Companhia Seguradora vencedora do certame, deverá garantir, até o limite máximo de garantia da apólice –

LMG, as seguintes coberturas:

3.1.1. cobertura de pagamento, ressarcimento ou reembolso das despesas de custas processuais e de honorários advocatícios incorridas ou pagas pelos Segurados descritos no item 6, em decorrência de processos judiciais ou administrativos instaurados contra eles mesmos, na condição de Administradores da ABGF, em razão de sua atuação regular ou de suas atribuições nesta Empresa, durante seu período de gestão ou mandato coberto pela apólice; ou, alternativamente,

3.1.2. cobertura de ressarcimento ou reembolso à ABGF, pelas despesas de custas processuais e de honorários advocatícios eventualmente pagos ou adiantados em processos judiciais ou administrativos movidos contra os Segurados descritos no item 6, em razão de sua atuação regular ou de suas atribuições nesta Empresa, durante seu período de gestão ou mandato coberto pela apólice.

#### **4. ABRANGÊNCIA DA COBERTURA.**

4.1 Despesas de custas processuais ou de honorários advocatícios em processos judiciais ou administrativos movidos em face das pessoas Seguradas (item 6), em razão de sua atuação regular ou de suas atribuições na ABGF (Tomadora), durante o período de gestão de cada um, coberto pela apólice.

#### **5. MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

5.1 Pelo fato do objeto ter características comuns, uma vez que a caracterização dos serviços enseja definições objetivas com base em especificações de serviços de mercado, recomenda-se que seja adotada a modalidade pregão na forma eletrônica, pelo critério do Menor Preço, de acordo com o que prevê a Lei nº 13.303/2016 c/c com o Decreto nº 10.024/2019.

**6. SEGURADOS (AS):** Qualquer pessoa física que seja ou se torne Conselheiro de Administração ou Diretor Executivo da ABGF.

6.1 **Tomador (a):** A ABGF, que se constitui na pessoa Jurídica contratante do Seguro, nos termos do inciso XXI do art. 3º da Circular SUSEP Nº 553, de 23 de maio de 2017.

#### **7. IMPORTÂNCIA MÁXIMA SEGURADA**

7.1 A importância segurada para o presente seguro e que representa o Limite Máximo de Garantia – LMG pela seguradora é de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

#### **8. ÂMBITO DE COBERTURA**

8.1. O âmbito da cobertura a ser adotado é mundial, exceto em países em face dos quais a legislação nacional impeça o alcance dessa cobertura securitária ou o Banco Central do Brasil aplique embargos e sanções econômicas e comerciais.

## **9. PRAZO DE RETROATIVIDADE**

9.1 A data limite de retroatividade da apólice corresponderá à data de início do período de vigência da apólice.

## **10. PRAZO COMPLEMENTAR**

10.1 Concessão de Prazo Complementar de 01 (um) ano para apresentação de reclamações decorrentes de fatos geradores ocorridos entre o início e o final do período de vigência do seguro sem pagamento de prêmio adicional.

## **11. TIPO DE APÓLICE**

11.1 Apólice de seguro de Responsabilidade Civil para atos de gestão (*D&O Insurance*) abrangendo a cobertura das despesas e custos processuais judiciais ou administrativos movidos em face dos Segurados, bem como dos respectivos honorários advocatícios gastos com suas defesas.

## **12. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:**

12.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 71, caput, da Lei nº 13.303/2016, desde que as partes se manifestem com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término do prazo do contrato.

## **13. MOEDA**

13.1. Todos os Prêmios, limites e outras quantias estão expressos na especificação da apólice em moeda corrente do Brasil.

## **14. FRANQUIAS**

14.1. Para o presente seguro não haverá franquia, independentemente de quem seja o destinatário final da cobertura do seguro pelos pagamentos ou adiantamentos efetuados (se as Pessoas Seguradas ou a ABGF), conforme exposto nos itens 3.1.1 e 3.1.2 acima.

## **15. EXCLUSÕES PERMITIDAS**

15.1. As exclusões também são aquelas admitidas pelo modelo de seguro D&O e aprovadas pela Susep, tais como:

15.1.1 reclamação baseada em, resultante ou decorrente de ato ilícito doloso ou culpa grave equiparável ao dolo, de qualquer gênero e espécie, atribuível às pessoas Seguradas ou a terceiros em seu benefício (esta exclusão depende de confissão da pessoa Segurada, atestando a sua conduta dolosa, inclusive em acordo de delação

premiada ou decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa final ou decisão arbitral final que confirme a prática pela Pessoa Segurada do ato doloso);

15.1.2 **atos ou fatos danosos** relacionados à atuação dos gestores que **prejudiquem** terceiros e que se refiram a reclamações ou demandas judiciais ou administrativas apresentadas contra as pessoas Seguradas anteriormente ao período de vigência da apólice. Reclamações ou demandas conhecidas pela Pessoa Segurada que comprovadamente sejam anteriores ao início do período de vigência da apólice ou estejam pendentes no início do período de vigência da apólice. Considera-se pendente uma reclamação cuja citação ou intimação tenha sido apresentada e o prazo de resposta esteja encerrado antes do início de vigência da apólice;

15.1.3. Reclamações somente contra o tomador;

15.1.4. Atos de terrorismo devidamente comprovados pela seguradora;

15.1.5. Enriquecimento ilícito, desde que comprovado judicialmente, com trânsito em julgado;

15.1.6. Eventos ocorridos após o término da vigência da apólice, caso não seja renovada.

15.2. Não serão aceitas apólices com exclusões que não façam parte das condições gerais do seguro D&O de cada Seguradora aprovado na SUSEP, exceto se previamente autorizado pela ABGF, da data da publicação do edital até o 2º dia útil anterior à data do pregão.

15.3. Fica resguardado à seguradora o direito de ressarcimento por qualquer indenização paga indevidamente, inclusive por qualquer custo de defesa por ela adiantado ao segurado, caso fique comprovada a existência de ato doloso ou culpa grave do segurado.

## **16. EMISSÃO E ENTREGA DE APÓLICES**

16.1. A partir da data de assinatura do contrato, a Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para apresentar a apólice de seguro, o qual deve contemplar todas as condições deste instrumento, do Contrato e da proposta comercial, apresentada na licitação, podendo ser prorrogado por igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o transcurso desse prazo, desde que haja motivo justificado e aceito pela ABGF.

16.2. A apólice de seguro será recebida provisoriamente pela ABGF, que terá 20 (vinte) dias úteis para dar o aceite final ou devolver a apólice para correção.

16.2.1. Caso a ABGF não se manifeste no prazo acima fixado, a apólice do seguro será considerada definitivamente recebida.



16.3. A apólice de seguro terá sua data de início de vigência coincidente com a data de início de vigência do contrato e ambos vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses.

16.4. A apólice de seguro emitida em meio físico deverá ser entregue no endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002. Edifício Corporate Financial Center, CEP: 70.712-900 - Brasília-DF.

## **17. FORMA DE PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem irregularidades, cuja realização será por meio da Gerência Executiva Administrativa e Financeira da ABGF.

17.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente, através de conta bancária indicada pela licitante vencedora, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhado do documento de cobrança (nota fiscal, nota fiscal/fatura, recibos e/ou outros reconhecidos legalmente).

17.3. Se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que este tenha sido efetuado, o direito à indenização securitária previsto na apólice não ficará prejudicado.

## **18. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

18.1. Os preços serão fixos e não reajustáveis.

## **19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

19.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de, no mínimo, um Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público, que comprove ter ela emitido apólice de seguro D&O, com limite de indenização mínimo de R\$ 5.000.000,00, devendo constar do atestado, a identificação do signatário, a data de emissão e ser apresentado em papel timbrado do emitente.

## **20. OUTRAS INFORMAÇÕES:**

20.1. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF

20.1.1. Nos termos do inciso III do art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14.12.2007, o IOF incide sobre “operações de seguro realizadas por seguradoras”.

20.2. Características da contratação de seguros

20.2.1. A contratação do seguro segue as normas regulamentadoras expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

20.3. As empresas interessadas em participar do certame poderão realizar visita técnica para sanar eventuais dúvidas, no horário compreendido entre 9hs às 18hs de segunda a sexta-feira, no endereço da ABGF, localizada no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002, Edifício Corporate Financial Center, CEP: 70.712-900 - Brasília-DF.

**21. PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

21.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos.

**22. VALOR ESTIMADO GLOBAL:**

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
Em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016 o valor estimado da contratação será sigiloso.	R\$ xxxxxxxx

**23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

23.1 A despesa decorrente desta contratação correrá à conta do Programa de Dispêndios Globais – PDG 2019/2020, sob as Rubricas Orçamentárias: 2.205.900.000 – Outros Serviços de Terceiros – Serviços de Terceiros.

**24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

24.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e deste Termo de Referência.

24.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

24.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

24.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

24.5. Exigir o imediato afastamento de qualquer profissional ou preposto da Contratada que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

**25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

25.1. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela ABGF.

25.2. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o Contrato ou seu objeto, ficando, desde já convencionado que a ABGF poderá descontar de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que a ABGF venha a efetuar por imposição legal.

25.3. Apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do contrato, uma via original da apólice relativa ao seguro contratado, acompanhada do texto integral das condições gerais, especiais e particulares, bem como de todas as demais cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da apólice.

25.4. Manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre os dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais e demais informações, não tornadas públicas pela ABGF, de que venha a ter conhecimento em virtude desta contratação, bem como a respeito da execução e resultados obtidos nesta prestação de serviços, inclusive após o término do prazo de vigência deste contrato, salvo quando expressamente autorizado pela ABGF.

25.5. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

25.6 A Contratada deverá assinar a **Declaração de Vedação ao Nepotismo (Anexo I)**, declarando que seus sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da ABGF e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com os administradores ou empregados da ABGF com poder decisório sobre a licitação.

## **26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1 As sanções serão aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa. A ABGF poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, sobre o valor do prêmio, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ABGF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

26.2 A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a

multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

26.3 As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória, e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.

26.4 Na aplicação das multas deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da ABGF, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, com incidência de 0,2% (dois décimos por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do prêmio, por dia de atraso, no caso de multa moratória e, para multa compensatória, até o limite de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor do prêmio.

26.5 Em consonância ao disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas na alínea “c”, do subitem 26.1 poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a ABGF em virtude de atos ilícitos praticados.

26.6 Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE** a empresa **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas nesta Cláusula.

26.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

26.8 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

26.9 O Contrato poderá ser rescindido por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas neste Contrato, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

26.10 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **27. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

27.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**.

27.2 A verificação da adequação dos serviços prestados deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

27.3 O Fiscal do Contrato ou seu substituto exigirá o cumprimento da descrição dos serviços em conformidade com o Contrato e com este Termo de Referência.

27.4 O Fiscal do Contrato ou seu substituto, deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

27.5 O Fiscal do Contrato ou seu substituto, ao verificar qualquer inconformidade, deverá comunicar à Gerência Executiva Administrativa e Financeira - GEAFI, em tempo hábil, para que sejam adotadas as medidas convenientes e necessárias a cada caso, ensejando notificação à **CONTRATADA**, para a adequação contratual.

27.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

27.7 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições, na prestação dos serviços relacionados ao contrato de seguro e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

## **28. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA:**

28.1. O pagamento da indenização securitária aqui prevista será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação, pelo segurado, de todos os documentos necessários para a comprovação dos custos e despesas passíveis de cobertura, conforme disposto na apólice.

28.2. Será suspensa e reiniciada a contagem do prazo para a indenização securitária, caso os documentos apresentados não sejam suficientes e, em caso de dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar outros documentos e/ou informações complementares.

28.3. Independentemente de outros documentos que a seguradora venha a solicitar nos termos acima, os documentos básicos para a solicitação do pagamento de qualquer indenização pela seguradora serão os seguintes:

28.3.1. Cópia da citação judicial, notificação judicial ou extrajudicial, termo circunstanciado, boletim de ocorrência ou outro documento que configure a existência de uma demanda judicial ou administrativa (reclamação) contra o segurado;

28.3.2. Identificação (nome, endereço, etc.) e proposta de honorários dos profissionais responsáveis pela defesa; e

28.3.3. Relatório elaborado e assinado pelo segurado ou por seus representantes com a narrativa das circunstâncias que ensejaram a demanda judicial ou

administrativa, (reclamação), bem como a exposição das diretrizes de sua defesa e sua avaliação sobre o resultado de tal reclamação.

28.4. Na hipótese de não cumprimento do prazo para pagamento da indenização securitária prevista, o valor da respectiva obrigação pecuniária ficará sujeita, a partir daquela data, à atualização monetária pela variação do IPCA, acrescida de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano.

28.5 Desde que não se vislumbre uma hipótese de não aplicação da cobertura securitária objeto da apólice, o pagamento dos custos de defesa dar-se-á de forma antecipada, na medida e nas condições em que os mesmos forem devidos ou incorridos pelo segurado.

28.6 Na ocorrência de sinistro coberto pela apólice, a seguradora pagará a indenização prevista diretamente ao segurado, à ABGF ou ao terceiro beneficiário da mesma, conforme o caso.

28.7 Caso o tomador tenha adiantado o valor da indenização prevista na apólice ao segurado, a seguradora reembolsará o tomador ou a quem de direito após a liquidação do sinistro, sem cobrança da franquia.

28.7.1 Independentemente da aplicação da franquia acima prevista, todos os valores pagos pela seguradora serão deduzidos do limite máximo de garantia.

## 29. RESCISÃO

29.1. As Partes acordam que em razão da inclusão da **CONTRATANTE** no Programa Nacional de Desestatização - PND (Decreto nº 10.007, de 05/09/2019), o **Contrato** poderá ser rescindido a qualquer momento pela **CONTRATANTE**, bastando um simples comunicado para formalizar a rescisão.

29.2 Na hipótese de rescisão unilateral da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** isenta integralmente a **CONTRATANTE** do pagamento de quaisquer multas ou encargos advindos da extinção antecipada do **Contrato**.

29.3 No curso do contrato, se a redução do risco for considerável, a **CONTRATADA** poderá exigir a revisão do prêmio, na proporcionalidade dessa redução ao período de cobertura remanescente ou a resolução do contrato, conforme o caso.

## 30. CONFIDENCIALIDADE:

30.1 A seguradora deverá se obrigar a não divulgar a existência da apólice a qualquer pessoa, exceto a seus assessores profissionais, ou em cumprimento de exigência legal ou de requisição de autoridade administrativa ou judicial e para tal assinará o Termo de Confidencialidade.

## 31. OUTRAS CONDIÇÕES:

31.1 Não poderá haver cancelamento ou qualquer alteração do seguro, nem a proibição de cessão de direitos, em consequência de futura alteração do capital social da ABGF, inclusive eventual cisão, sem a prévia e razoável justificativa da Seguradora em um prazo mínimo de antecedência de 60 dias, com o respectivo aceite da ABGF.

31.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **32. CASOS OMISSOS:**

32.1. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 13.303/2016, dos princípios de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



## ANEXO I

### DECLARAÇÃO - VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

A Contratada/Credenciada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Seus sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(a) da **CONTRATANTE** e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos Arts. 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da **CONTRATANTE** com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto do presente contrato/credenciamento;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da contratação/licitação/credenciamento;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza o credenciamento/licitação/contratação;
- autoridade da **CONTRATANTE** hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

2. Não tem e que não contratará prestador(es) para a execução de serviço objeto deste contrato/credenciamento, com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com empregado(s) **CONTRATANTE** que exerça cargo(m) em comissão ou função de confiança ou com dirigente(a) **CONTRATANTE**:

- em área da **CONTRATANTE** com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto do presente credenciamento/contrato;
- na área demandante do credenciamento/contratação/licitação;
- na área que realiza o credenciamento/licitação/contratação.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Representante Legal da empresa

**ANEXO II**  
**PROCESSO Nº 080/2019**

**CONTRATO Nº 0xx/2019, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A AGÊNCIA BRASILEIRA  
GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E  
GARANTIAS S.A - ABGF E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

**A AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF**, empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 10º Andar, Sala 1002, Edifício Corporate Financial Center, Brasília-DF, CEP:70710-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.909.518/0001-45, representada por seu (ua) Diretor (a) Presidente xxxxxxxx, **XXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, formação, portador do Registro Geral nº xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxx, eleito pelo Conselho de Administração, na xxxxxxxx, e o Diretor xxxxxxxx, **XXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, formação, portador do Registro Geral nº xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxx, eleito pelo Conselho de Administração na xxxxxxxx, ambos domiciliados Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, 10º Andar, Sala 1002, Edifício Corporate Financial Center, em Brasília – DF, doravante denominada **CONTRATANTE**, e por outro lado a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXX**, com endereço na xxxxxxxx, neste ato, representada pelo xxxxxxxx, **XXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, formação, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx, e do CPF sob o nº xxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 080/2019-ABGF, referente ao Pregão Eletrônico nº xx/2019, com fundamento na Lei nº 10.520 de 2002, Decreto 5.450/2005, Decreto 10.024/2019 e ainda, Lei nº 13.303/2016, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores, denominado seguro D&O (*Directors & Offices*), para os Conselheiros de Administração e Diretores Executivos da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em Brasília – DF.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA GARANTIA – COBERTURA**

2.1 O Seguro de Responsabilidade Civil dos gestores conhecido como D & O (Directors & Officers Insurance), a ser contratado com a Companhia Seguradora vencedora do certame, deverá garantir, até o limite máximo de garantia da apólice – LMG, as seguintes coberturas:

2.1.1 cobertura de pagamento, ressarcimento ou reembolso das despesas de custas processuais e de honorários advocatícios incorridas ou pagas pelos Segurados descritos no item 4, em decorrência de processos judiciais ou administrativos instaurados contra eles mesmos, na condição de Administradores da **CONTRATANTE**, em razão de sua atuação regular ou de suas atribuições nesta Empresa, durante seu período de gestão ou mandato coberto pela apólice; ou, alternativamente.

2.1.2 cobertura de ressarcimento ou reembolso à **CONTRATANTE**, pelas despesas de custas processuais e de honorários advocatícios eventualmente pagos ou adiantados em processos judiciais ou administrativos movidos contra os Segurados descritos no item 4, em razão de sua atuação regular ou de suas atribuições nesta Empresa, durante seu período de gestão ou mandato coberto pela apólice.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA ABRANGÊNCIA DA COBERTURA**

3.1 Despesas de custas processuais ou de honorários advocatícios em processos judiciais ou administrativos movidos em face das pessoas Seguradas (item 4), em razão de sua atuação regular ou de suas atribuições na **CONTRATANTE** (Tomadora), durante o período de gestão de cada um, coberto pela apólice.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOS (AS) SEGURADOS (AS)**

4.1 Qualquer pessoa física que seja ou se torne Conselheiro de Administração ou Diretor Executivo da **CONTRATANTE**.

4.1.1 **Tomador** (a): A **CONTRATANTE**, que se constitui na pessoa Jurídica **CONTRATANTE** do Seguro, nos termos do inciso XXI do art. 3º da Circular SUSEP Nº 553, de 23 de maio de 2017.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA IMPORTÂNCIA MÁXIMA SEGURADA**

5.1 A importância segurada para o presente seguro e que representa o Limite Máximo de Garantia – LMG pela **CONTRATADA** é de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

## **CLÁUSULA SEXTA – DO ÂMBITO DA COBERTURA**

6.1 O âmbito da cobertura a ser adotado é mundial, exceto em países em face dos quais a legislação nacional impeça o alcance dessa cobertura securitária ou o Banco Central do Brasil aplique embargos e sanções econômicas e comerciais.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE RETROATIVIDADE**

7.1 A data limite de retroatividade da apólice corresponderá à data de início do período de vigência da apólice.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO COMPLEMENTAR**

8.1 Concessão de Prazo Complementar de 01 (um) ano para apresentação de reclamações decorrentes de fatos geradores ocorridos entre o início e o final do período de vigência do seguro sem pagamento de prêmio adicional.

#### **CLÁUSULA NONA – DO TIPO DE APÓLICE**

9.1 Apólice de seguro de Responsabilidade Civil para atos de gestão ( *D & O Insurance*), abrangendo a cobertura das despesas e custos processuais judiciais ou administrativos movidos em face dos Segurados, bem como dos respectivos honorários advocatícios gastos com suas defesas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

10.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, por períodos iguais e sucessivos, até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 71, caput, da lei 13.303/2016, desde que as partes se manifestem com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término do prazo do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MOEDA**

11.1 Todos os Prêmios, limites e outras quantias estão expressos na especificação da apólice em moeda corrente do Brasil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS FRANQUIAS**

12.1 Para o presente seguro não haverá franquia, independentemente de quem seja o destinatário final da cobertura do seguro pelos pagamentos ou adiantamentos efetuados (se as Pessoas Seguradas ou a **CONTRATANTE**), conforme exposto na Cláusula Segunda, itens 2.1.1 e 2.1.2.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS EXCLUSÕES PERMITIDAS**

13.1 As exclusões também são aquelas admitidas pelo modelo de seguro D&O e aprovadas pela Susep, tais como:

13.1.1 reclamação baseada em, resultante ou decorrente de ato ilícito doloso ou culpa grave equiparável ao dolo, de qualquer gênero e espécie, atribuível às pessoas Seguradas ou a terceiros em seu benefício (esta exclusão depende de confissão da pessoa Segurada, atestando a sua conduta dolosa, inclusive em acordo de delação premiada ou decisão judicial transitada em julgado, decisão administrativa final ou decisão arbitral final que confirme a prática pela Pessoa Segurada do ato doloso);

13.1.2 **atos ou fatos danosos** relacionados à atuação dos gestores que prejudiquem terceiros e que se refiram a reclamações ou demandas judiciais ou administrativas apresentadas contra as pessoas Seguradas anteriormente ao período de vigência da apólice. Reclamações ou demandas conhecidas pela Pessoa Segurada que comprovadamente sejam anteriores ao início do período de vigência da apólice ou estejam pendentes no início do período de vigência da apólice. Considera-se pendente uma reclamação cuja citação ou intimação tenha sido apresentada e o prazo de resposta esteja encerrado antes do início de vigência da apólice.

13.1.3 Reclamações somente contra o tomador;

13.1.4 Atos de terrorismo devidamente comprovados pela **CONTRATADA**;

13.1.5 Enriquecimento ilícito, desde que comprovado judicialmente, com trânsito em julgado;

13.1.6 Eventos ocorridos após o término da vigência da apólice, caso não seja renovada;

13.1.7 Não serão aceitas apólices com exclusões que não façam parte das condições gerais do seguro D&O de cada **CONTRATADA** aprovado na SUSEP, exceto se previamente autorizado pela **CONTRATANTE**, da data da publicação do Edital, até o 2º dia útil anterior à data do pregão.

13.2 Fica resguardado à **CONTRATADA** o direito de ressarcimento por qualquer indenização paga indevidamente, inclusive por qualquer custo de defesa por ela adiantado ao segurado, caso fique comprovada a existência de ato doloso ou culpa grave do segurado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EMISSÃO E ENTREGA DE APÓLICES**

14.1 A partir da data de assinatura deste Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para apresentar a apólice de seguro, o qual deve contemplar todas as condições deste instrumento, deste Contrato e da proposta comercial, apresentada na licitação, podendo ser prorrogado por igual período, quando solicitado pela **CONTRATADA** durante o transcurso desse prazo, desde que haja motivo justificado e aceito pela **CONTRATANTE**.

14.2 A apólice de seguro será recebida provisoriamente pela **CONTRATANTE**, que terá 20 (vinte) dias úteis para dar o aceite final ou devolver a apólice para correção.

14.3 Caso a **CONTRATANTE** não se manifeste no prazo acima fixado, a apólice do seguro será considerada definitivamente recebida.

14.4 A apólice de seguro terá sua data de início de vigência coincidente com a data de início de vigência deste Contrato e ambos vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses.

14.5 A apólice de seguro emitida em meio físico deverá ser entregue no endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, nº 190, 10º andar, sala 1002. Edifício Corporate Financial Center, CEP: 70.712-900 - Brasília-DF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

15.1 O pagamento será efetuado em parcela única, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem irregularidades, cuja realização será por meio da Gerência Executiva Administrativa e Financeira da **CONTRATANTE**.

15.2 O pagamento será efetuado em moeda corrente, através de conta bancária indicada pela **CONTRATADA**, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhado do documento de cobrança (nota fiscal, nota fiscal/fatura, recibos e/ou outros reconhecidos legalmente).

15.3 Se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que este tenha sido efetuado, o direito à indenização securitária previsto na apólice não ficará prejudicado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

16.1 Os preços serão fixos e não reajustáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO**

17.1 O valor total deste Contrato é de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1 A despesa decorrente desta contratação correrá à conta do Programa de Dispendios Globais – PDG 2019/2020, sob as Rubricas Orçamentárias: 2.205.900.000 – Outros Serviços de Terceiros – Serviços de Terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

19.1 Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações deste Contrato e do Termo de Referência.

19.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

19.3 Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

19.4 Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do serviço, na forma deste Contrato.

19.5 Exigir o imediato afastamento de qualquer profissional ou preposto da **CONTRATADA** que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



20.1 Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**.

20.2 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este Contrato ou seu objeto, ficando, desde já convencionado que a **CONTRATANTE** poderá descontar de qualquer crédito da **CONTRATADA** a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que a **CONTRATANTE** venha a efetuar por imposição legal.

20.3 Apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura deste Contrato, uma via original da apólice relativa ao seguro contratado, acompanhada do texto integral das condições gerais, especiais e particulares, bem como de todas as demais cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da apólice.

20.4 Manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre os dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais e demais informações, não tornadas públicas pela **CONTRATANTE**, de que venha a ter conhecimento em virtude desta contratação, bem como a respeito da execução e resultados obtidos nesta prestação de serviços, inclusive após o término do prazo de vigência deste contrato, salvo quando expressamente autorizado pela **CONTRATANTE**.

20.5 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

20.6 A **CONTRATADA** deverá assinar a Declaração de Vedação ao Nepotismo (Anexo I), declarando que seus sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da **CONTRATANTE** e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com os administradores ou empregados da **CONTRATANTE** com poder decisório sobre a licitação.

## **21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1 As sanções serão aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução deste contrato ou pela inexecução total ou parcial deste Contrato, garantida a prévia defesa. A **CONTRATANTE** poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, sobre o valor do prêmio, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.2 A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no



prazo de 10 (dez) dias úteis.

21.3 As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória, e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.

21.4 Na aplicação das multas deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da **CONTRATANTE**, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, com incidência de 0,2% (dois décimos por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do prêmio, por dia de atraso, no caso de multa moratória e, para multa compensatória, até o limite de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor do prêmio.

21.5 Em consonância ao disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas na alínea “c”, do subitem 21.1 poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6 Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE** a empresa **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas nesta Cláusula.

21.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

21.8 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.9 Este Contrato poderá ser rescindido por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas neste Contrato, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

21.10 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

22.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**.

22.2 A verificação da adequação da prestação do serviço e fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato.

22.3 O Fiscal do Contrato ou seu substituto exigirá o cumprimento dos termos estabelecidos neste Contrato.

22.4 O Fiscal do Contrato ou seu substituto deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

22.5 O Fiscal do Contrato ou seu substituto, ao verificar qualquer inconformidade deverá comunicar à Gerência Administrativa e Financeira - GEAFI, em tempo hábil, para que sejam adotadas as medidas convenientes e necessárias a cada caso, ensejando notificação à **CONTRATADA**, para a adequação contratual.

22.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência, neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

22.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA**

23.1 O pagamento da indenização securitária aqui prevista será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação, pelo segurado, de todos os documentos necessários para a comprovação dos custos e despesas passíveis de cobertura, conforme disposto na apólice.

23.2 Será suspensa e reiniciada a contagem do prazo para a indenização securitária, caso os documentos apresentados não sejam suficientes e, em caso de dúvida fundada e justificável, a **CONTRATADA** poderá solicitar outros documentos e/ou informações complementares.

23.3 Independentemente de outros documentos que a **CONTRATADA** venha a solicitar nos termos acima, os documentos básicos para a solicitação do pagamento de qualquer indenização pela **CONTRATADA** serão os seguintes:

23.1.1 Cópia da citação judicial, notificação judicial ou extrajudicial, termo circunstanciado, boletim de ocorrência ou outro documento que configure a existência de uma demanda judicial ou administrativa (reclamação) contra o segurado;

23.1.2 Identificação (nome, endereço, etc.) e proposta de honorários dos profissionais responsáveis pela defesa; e

23.1.3 Relatório elaborado e assinado pelo segurado ou por seus representantes com a narrativa das circunstâncias que ensejaram a demanda judicial ou administrativa, (reclamação), bem como a exposição das diretrizes de sua defesa e sua avaliação sobre o resultado de tal reclamação.

23.4 Na hipótese de não cumprimento do prazo para pagamento da indenização securitária prevista, o valor da respectiva obrigação pecuniária ficará sujeita, a partir daquela data, à atualização monetária pela variação do IPCA, acrescida de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano.

23.5 Desde que não se vislumbre uma hipótese de não aplicação da cobertura securitária objeto da apólice, o pagamento dos custos de defesa dar-se-á de forma antecipada, na medida e nas condições em que os mesmos forem devidos ou incorridos pelo segurado.

23.6 Na ocorrência de sinistro coberto pela apólice, a **CONTRATADA** pagará a indenização prevista diretamente ao segurado, à **CONTRATANTE** ou ao terceiro beneficiário da mesma, conforme o caso.

23.7 Caso o tomador tenha adiantado o valor da indenização prevista na apólice ao segurado, a **CONTRATADA** reembolsará o tomador ou a quem de direito após a liquidação do sinistro, sem cobrança da franquia.

23.8 Independentemente da aplicação da franquia acima prevista, todos os valores pagos pela **CONTRATADA** serão deduzidos do limite máximo de garantia.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

24.1 As Partes acordam que em razão da inclusão da **CONTRATANTE** no Programa Nacional de Desestatização - PND (Decreto nº 10.007, de 05/09/2019), o Contrato poderá ser rescindido a qualquer momento pela **CONTRATANTE**, bastando um simples comunicado para formalizar a rescisão.

24.2 Na hipótese de rescisão unilateral da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** isenta integralmente a **CONTRATANTE** do pagamento de quaisquer multas ou encargos advindos da extinção antecipada do **Contrato**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA CONFIDENCIALIDADE**

25.1 A **CONTRATADA** deverá se obrigar a não divulgar a existência da apólice a qualquer pessoa, exceto a seus assessores profissionais, ou em cumprimento de exigência legal ou de requisição de autoridade administrativa ou judicial e para tal assinará o Termo de Confidencialidade.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS OUTRAS CONDIÇÕES**

26.1 Não poderá haver cancelamento ou qualquer alteração do seguro, nem a proibição de cessão de direitos, em consequência de futura alteração do capital social da **CONTRATANTE**, inclusive eventual cisão, sem a prévia e razoável justificativa da **CONTRATADA** em um prazo mínimo de antecedência de 60 dias, com o respectivo aceite da **CONTRATANTE**.

26.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

27.1 Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, e na vigente Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 – Anexo X.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

28.1 Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 13.303/2016 e nos princípios do direito privado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA VINCULAÇÃO**

29.1 Este Contrato guarda conformidade com o Edital e seus Anexos, do Pregão Eletrônico nº xx/2019, vinculando-se, ainda, à Proposta da **CONTRATADA** e demais documentos constantes do Processo nº 080/2019-**CONTRATANTE** que, independente de transcrição, integram este Instrumento.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

30.1 A publicação resumida deste Contrato, no Diário Oficial da União, ocorrerá na forma do §2º, do art. 51, da Lei 13.303/2016, correndo a despesa por conta da **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

31.1 Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato Administrativo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Representante legal da **CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal da **CONTRATADA**

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

—  
Nome  
CPF

2. \_\_\_\_\_

—  
Nome  
CPF

## ANEXO I - DECLARAÇÃO - VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

A **CONTRATADA** DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Seus sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(a) da **CONTRATANTE** e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da **CONTRATANTE** com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto do presente Contrato;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da contratação/licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza o a licitação/contratação;
- autoridade da **CONTRATANTE** hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

2. Não tem e que não contratará prestador(es) para a execução de serviço objeto deste Contrato, com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com empregado(s) **CONTRATANTE** que exerça cargo(m) em comissão ou função de confiança ou com dirigente(a) **CONTRATANTE**:

- em área da **CONTRATANTE** com gerenciamento sobre o Contrato ou sobre o serviço objeto do presente Contrato;
- na área demandante da contratação/licitação;
- na área que realiza a licitação/contratação.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
2019.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal da Empresa**

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx